

PONTES, Williane Juvêncio. “Redes de apoio, intensa personalidade e sentimento de pertença na construção de uma cultura emotiva: uma análise da Comunidade do Timbó (João Pessoa-PB)”. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 19, n. 55, pp. 189-212, abril de 2020 ISSN 1676-8965

ARTIGO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

Redes de apoio, intensa personalidade e sentimento de pertença na construção de uma cultura emotiva: uma análise da Comunidade do Timbó (João Pessoa-PB)\*

Support networks, intense personality and sense of belonging in the construction of an emotional culture: an analysis of the Timbó Community (João Pessoa-PB)

*Williane Juvêncio Pontes*

Recebido: 19.12.2019

Aceito: 10.02.2020

**Resumo:** Este artigo é fruto de uma pesquisa de Dissertação em desenvolvimento na Comunidade do Timbó, na cidade de João Pessoa-PB, e objetiva analisar a cultura emotiva do lugar. Cultura emotiva esta discutida a partir das redes de apoio, da intensa personalidade e do sentimento de pertença, elementos basilares na configuração do viver no Timbó. A discussão traçada neste artigo resulta do trabalho de campo desenvolvido na comunidade, que possibilita esta construção analítica da Comunidade do Timbó sob a ótica da Antropologia das Emoções. **Palavras-chave:** comunidade do Timbó, cultura emotiva, viver no Timbó

**Abstract:** This article is the result of a dissertation research under development in the Timbó Community, in the city of João Pessoa-PB, and aims to analyze the emotive culture of the place. This emotional culture is discussed based on the support networks, the intense personality and the feeling of belonging, basic elements in the configuration of living in Timbó. The discussion outlined in this article results from the fieldwork developed in the community, which enables this analytical construction of the Timbó Community from the perspective of the Anthropology of Emotions. **Keywords:** Timbó community, emotive culture, live in Timbó

---

\*Trabalho originalmente apresentado para a disciplina *Antropologia das Emoções* ministrada pelo Prof. Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury, no semestre 2019.1, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I. A problemática aqui tratada faz parte das discussões travadas no decorrer de minha dissertação de mestrado “**Emoções e sociabilidade urbana**: uma etnografia sobre a Comunidade do Timbó, João Pessoa – PB”, defendida recentemente (fevereiro de 2020) no PPGA-UFPB sob a orientação do Prof. Dr. Koury.

## Introdução

Este artigo busca discutir a construção da cultura emotiva (KOURY, 2017)<sup>1</sup> da Comunidade do Timbó a partir de três elementos básicos para a sociabilidade local: as redes de apoio, a intensa pessoalidade e o sentimento de pertença que se estabelecem entre os moradores e configuram as práticas cotidianas no lugar. Análise que é desenvolvida a partir do arcabouço teórico da Antropologia das Emoções.

A Comunidade do Timbó é um espaço periférico na cidade de João Pessoa – PB que se constituiu em fins dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, durante o período de expansão da cidade. Localizada no bairro dos Bancários, a comunidade se consolidou através da luta pela permanência no lugar de moradia travada pelos sujeitos que se constituíram enquanto moradores da Comunidade do Timbó, são eles pessoas pobres de origem interiorana que enxergavam na ocupação uma forma de se estabelecer na cidade e conseguir uma casa própria, bem como de recomeçar a vida sem precisar sair da capital paraibana<sup>2</sup>

Essas pessoas fundam um lugar comum de pertencimento e estabelecem relações de vínculos sociais e emocionais estreitos, fomentando redes de apoio social (MARQUES e BICHR, 2011) e uma intensa pessoalidade na sociabilidade em construção. São pessoas que trazem consigo uma bagagem de experiências afetivas baseadas em vínculos estreitos e duradouros de solidariedade, que são reproduzidos no novo lugar de vivência, moradia e compartilhamento, a Comunidade do Timbó. Os novos moradores que chegam ao lugar e fixam residência se inserem nessa lógica pessoalizada que permeia a prática cotidiana local e fundamenta o sentimento de pertencimento e relações de vizinhança (WILLEMS, 2019).

As emoções<sup>3</sup> são imprescindíveis no jogo interacional que dá origem ao lugar Timbó. Lugar aqui entendido como um elemento intrínseco do processo de formação da

---

<sup>1</sup>Koury (2017, p. 10) define cultura emotiva como o processo de trocas emocionais entre os indivíduos que contribui para a criação de práticas comuns no jogo relacional e proporciona formas de continuidade, de elaboração de alianças e de estabelecimento de um saber comum. A cultura emotiva permite que indivíduos vivenciem e partilhem um lugar comum, uma vez que seu conteúdo possui sentidos morais e se apresenta como recheada de elementos de predisposição comum ao outro relacional.

<sup>2</sup> A Comunidade do Timbó possui 3122 moradores distribuídos em 830 domicílios (IBGE, 2010), sendo trabalhadores da construção civil, da limpeza urbana, do trabalho doméstico, do setor informal de vendas, da coleta de material reciclável, bem como porteiros de prédios residenciais, flanelinhas, balconistas e outros (ACMVT, 2016).

<sup>3</sup> A construção cultural e social das emoções nos estudos antropológicos é um elemento que Catherine Lutz e Geoffrey White (1986) chamam atenção. Lutz e White discutem a importância de contextualizar o conceito de emoção, chamando atenção para a dimensão pública, social e cognitiva da experiência afetiva. Para esses autores, a preocupação em compreender o papel do emocional nas relações pessoais e sociais da vida surge através da insatisfação com a visão de que o homem é um maquinário de informação processada e da emergência de abordagens interpretativas nas ciências sociais que discutem a experiência sociocultural a partir da perspectiva das pessoas que a vivem. Estes autores partem da concepção de que cada cultura elabora possibilidades, no cotidiano, de uma lógica construtivista das emoções e do social, de modo que a cultura significa modos de experiência emocional. As emoções emergem como se moldando socialmente de maneiras particulares e configurando formas de sentir e de vivenciar as situações cotidianas em determinadas sociedades. Nesse sentido, as emoções são consideradas um idioma primário para definir e negociar as relações sociais do eu em uma ordem moral, isso porque as emoções são vivenciadas pelos indivíduos como um elo crítico de interpretações e negociações da ação. Assim como Lutz, Lila Abu Lughod também parte da noção de construção cultural aplicada às emoções, defendendo que as emoções são fenômenos culturalmente variáveis (COLEHO, 2012). Abu-Lughod e Lutz (2005) propõem uma perspectiva contextualista para analisar as emoções, baseando-se na ideia de discurso de Foucault, de modo que os indivíduos são formados por sua própria cultura e são, também, formados por suas emoções – ou pela cultura emotiva. Nesse jogo o discurso é analisado como objeto teórico que redefine os termos de cultura e de ideologia. O discurso é um elemento que se sobressai ao indivíduo, o que existe são os discursos, que, por sua vez, são entendidos como “práticas que sistematicamente

pertença (KOURY, 2003; 2017), são elas que dão sentido as relações sociais que se estabelecem no Timbó e que podem ser compreendidas a partir da experiência do morador, que funda e é fundado pela cultura emotiva. As emoções são analisadas na Comunidade do Timbó através da cultura emotiva (KOURY, 2017), que expressa uma vivência específica dos moradores tensionada pela intensa personalidade que perpassa as relações de vizinhança.

A análise das emoções, neste trabalho, parte do conceito de cultura emotiva formulado por Koury, compreendendo que os indivíduos constroem uma cultura emotiva, baseada em uma concepção sobre o mundo comum, em que se compartilham valores, normas, tomadas de posição, justificativas, desculpas, acusações, negociações e aceitações em determinados situações. Cultura emotiva esta que cristaliza valores morais, mas que é ou pode ser redefinida a cada nova troca interacional, configurando as situações cotidianas que dão sentido a manutenção do jogo interacional entre os indivíduos (KOURY, 2017, pp. 10-11).

O conceito de cultura emotiva, proposto por Koury, analisa as emoções no jogo situacional, de modo a compreender como as emoções configuram esse jogo na prática comum da troca relacional. Troca esta onde os indivíduos convivem e partilham concepções sobre o mundo comum, uma vez que a cultura emotiva é preenchida por valores morais que são apreendidos e sentidos pelos indivíduos como especificidades do pertencer (*idem*, 2017, p. 11).

Por cultura emotiva Koury (2017, pp. 09-10) entende

o processo de troca entre indivíduos e grupos, de recepção e de reelaboração dos seus conteúdos, de formas de dar continuidade ao processo, de elaboração de alianças e critérios de continuidade, de

---

formam os objetos de que falam” (ABU-LUGHOD e LUTZ, 2005, p. 24). Isto é, o discurso é tomado como um conjunto de práticas sociais situadas de pessoas que escrevem e falam, sendo um ponto de acesso ao estudo das emoções (*idem*, 2005, p. 25). Estas autoras defendem uma compreensão da emoção enquanto prática discursiva e entendem que “a ênfase no discurso no estudo das emoções nos leva a focar no fato de que as emoções são fenômenos que podem ser observados na interação social, que é principalmente verbal” (*ibidem*, 2005, p. 26). O estudo das emoções como um discurso, deste modo, indica como as visões dos indivíduos sobre o lugar e sobre determinadas situações cotidianas podem se tornar efetivas e significantes através da análise da fala, do discurso. Assim, as emoções são estudadas através do seu caráter discursivo, apontando para a micropolítica do cotidiano de discursos emotivos, onde os indivíduos agem dentro de padrões, das regras sociais de um dado contexto. É preciso entender as situações para além dos discursos emotivos, pois toda organização humana está integrada em padrões e regras específicas que criam a cotidianidade. É nesse sentido que se coloca as dimensões do micro para compreender as práticas cotidianas, onde as emoções são reproduzidas – como produtos culturais – pelos indivíduos, e o relativismo se apresenta como central no caminho para o contextual, proposto na análise de Abu-Lughod e Lutz. Michele Rosaldo (2019) é outra figura importante para os estudos no campo da Antropologia das Emoções. Esta autora propõe uma concepção das emoções enquanto pensamentos incorporados, sendo culturalmente formadas. Rosaldo compreende os códigos culturais como uma espécie de mapa em que possibilidades podem ser processadas e que podem ser remodificadas no jogo relacional. A ideia de jogo surge na discussão como leques de ações que se abrem para os jogadores, dando ênfase para as relações e tensões envolvidas. A cultura, nesta perspectiva, é produzida no jogo, o que aponta para a dificuldade do outro, de fora, em integrar o jogo por não conhecer os códigos culturais que constituem a ação e forma as emoções. Para Rosaldo, o sentimento são práticas sociais configuradas pelos modos de concepção do corpo, do afeto e do self (COELHO e REZENDE, 2011), de modo que as lógicas de pensamento e sentimento são construídas culturalmente, lançando crítica às abordagens baseadas na universalidade de sentimento. Rosaldo se preocupa com a questão da interpretação pública das emoções, discutindo o significado como público e a cultura enquanto associação de significados. A análise das emoções, deste modo, está vinculada a compreensão da pessoa como construção cultural, onde a constituição de um self configura visões culturalmente organizadas de possibilidades e de sentidos do que é uma pessoa (*idem*, 2011, p. 16).

conformação de um saber comum – que permite o prosseguir das relações, enquanto ação comunicacional.

A aproximação dos moradores na Comunidade do Timbó se configura enquanto continuidade de uma cultura emotiva constituída desde o processo de ocupação da comunidade. As trocas relacionais possibilitadas pela criação de uma rede de apoio e solidariedade fundamentam os processos intersubjetivos dos moradores no lugar e elaboram formas de sociabilidade que concedem meios para a continuidade das relações cotidianas e das negociações que reconfiguram cotidianamente a cultura emotiva local e cristaliza os valores morais em que baseiam os projetos individuais e coletivos, bem como os códigos de comportamento.

A análise da cultura emotiva no Timbó é importante para se compreender o viver no lugar e os elementos significativos das relações de vizinhança. Isso porque são as emoções que norteiam a cultura emotiva local e informam e conformam a vivência dos moradores no ambiente comum de moradia e pertença. A cultura emotiva da Comunidade do Timbó tem como elemento basilar, como já dito anteriormente, o sentimento de pertença, a intensa pessoalidade e as redes de apoio, e está calcada na proximidade, na semelhança e na dessemelhança, na confiança e na confiabilidade, na gratidão, na reciprocidade, no medo, na fofoca e nas justificativas de diferenciação e preservação do *eu* em relação ao outro. Assim, as relações cotidianas que se desenvolvem no lugar integram vínculos afetivos estreitos e códigos de moralidade que tornam as relações prazerosas e tensas.

Para compreender a construção da cultura emotiva da Comunidade do Timbó, é necessário, antes, apresentar ao leitor o processo singular de constituição do Timbó, enquanto fruto de uma ocupação irregular que surge em fins dos anos de 1970, no bairro dos Bancários. Período em que a cidade de João Pessoa passa por um processo de expansão do seu traçado urbano, que tem como base um projeto de modernização conservadora que consolida a criação de áreas nobres e periféricas (LAVIERI e LAVIERI, 1992), dirigindo a população pobre para os bairros mais afastados do centro e para os espaços vazios deixados pelo projeto de modernização urbana.

### **Breves apontamentos sobre a constituição do lugar de moradia**

A Comunidade do Timbó surge no contexto de demanda por moradia e expansão da cidade, sendo um espaço vazio ocupado por homens comuns pobres (KOURY, 1986)<sup>4</sup> vindos do interior do estado da Paraíba, sejam recém-chegados ou já morando na cidade de João Pessoa. A comunidade nasce da ocupação de uma parte do Vale do Rio Timbó<sup>5</sup>, mas só é considerada enquanto ocupação irregular nos anos de 1980, quando o uso do espaço não mais satisfaz os interesses públicos em relação ao projeto de cidade que estava em desenvolvimento<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup>Homens comuns pobres é um conceito formulado por Mauro Koury (1986, p. 134), que se refere à condição de homem livre, vivendo ou recém-chegado nas cidades e que é despossuído de bens, sendo proprietário apenas de sua força de trabalho. Este conceito engloba desde aqueles que possuem algum tipo de vínculo empregatício ou profissão definida e regular até aqueles que estão temporariamente desempregados ou aqueles que não possuem uma profissão ou emprego e tem nos ganhos avulsos a condição básica de sobrevivência.

<sup>5</sup>Rio que dá nome a Comunidade do Timbó, o Rio Timbó é afluente do Rio Jaguaribe, o principal rio da cidade de João Pessoa. O Rio Timbó nasce entre os bairros de Jardim Cidade Universitária e Portal do Sol, percorrendo 5.5 km na direção sul-norte até encontrar o Rio Jaguaribe. Neste trajeto o Rio Timbó corre entre encostas ainda fartamente vegetadas (DIEB e MARTINS, 2017).

<sup>6</sup>Em 1977 o espaço do Vale do Rio Timbó é utilizado por uma empresa de construção civil, esse espaço é transformado em uma jazida de saibro, de onde é retirado o material para a construção dos conjuntos habitacionais da zona sul, principalmente o conjunto dos Bancários e dos Professores, o primeiro

Enquanto o espaço do Vale do Rio Timbó era utilizado como jazida de saibro para a construção do conjunto residencial que originou o bairro dos Bancários, a ocupação da área servia aos interesses públicos. Foi apenas a partir dos anos de 1980, quando a empresa responsável desocupou a área, e que pessoas pobres e sem moradia na cidade continuaram no lugar, que a ocupação passou a ser considerada irregular e sofreu tentativas de desocupação do espaço. A pobreza sem casa – da ocupação da Comunidade do Timbó – em meio a um espaço periférico destinado a pobreza ordenada e disciplinada pelo planejamento urbano para a expansão e modernização da cidade se apresenta como um risco ao projeto de cidade moderna e civilizada (ELIAS, 1993).

A pobreza enquanto categoria usada por empreendedores morais (BECKER, 2008) surge como uma categoria moral, pois é vista como algo que prejudica o desenvolvimento de uma cidade moderna, o que contribui para o desenvolvimento de formas de regulação das pessoas pobres. Mauro Koury (2018), ao discutir o empreendimento moral de uma formação comunitária em uma cidade em expansão, discute sobre como a pobreza começa a ser questionada no projeto conservador de modernização da cidade, de modo que a pobreza torna-se um elemento específico de controle social através da criação de prisões, orfanatos e asilos, bem como pelo disciplinamento e expulsão de pessoas pobres do centro da cidade.

A ocupação da Comunidade do Timbó, deste modo, gerava um espaço para além do planejamento urbano, sendo ocupada por uma pobreza sem casa, ou seja, por pessoas pobres que não possuíam condições econômicas de financiar uma casa nos conjuntos habitacionais em construção na zona sul ou de adquirir uma casa em outros bairros populares da cidade. Estas pessoas começaram a se fixar nos espaços vazios da cidade, como o Vale do Rio Timbó, espaços onde esses pobres urbanos se debatem com situações cotidianas de falta de infraestrutura, de acessos difíceis à locomoção, com riscos ambientais e situações de conflito com o Estado ou a PMJP<sup>7</sup> para a desocupação e com o aparecimento de possíveis proprietários da terra, sejam eles privados ou estatais (KOURY, 2018, p. 42).

A resistência cotidiana dos moradores para permanecerem no lugar consistia em reconstruir os barracos a cada ação de demolição realizada a mando dos empreendedores morais, contanto com a ajuda das pessoas assentadas em barracas no terreno ao lado para a construção das habitações. O apoio mútuo fortaleceu a resistência dos moradores durante o período de tensão com o setor público, que buscava frear as ocupações irregulares em emergência na cidade (LAVIERI e LAVIERI, 1992). A luta por moradia das pessoas que ocupavam o Timbó desenvolveram ações de ajuda mútua, seja na colaboração para a reconstrução das barracas ou através do apoio moral e solidário entre eles, de modo a consolidar a ocupação na parte baixa da comunidade,

---

empreendimento construído após o Campus Universitário da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Também é no Vale do Rio Timbó, nos arredores da jazida de saibro, onde são levantadas barracas de apoio para os trabalhadores da construção civil, a fim de evitar os grandes deslocamentos cotidianos na cidade, devido à dificuldade de transporte público, além de que alguns desses trabalhadores eram recém-chegados na capital paraibana e não possuíam uma residência fixa na cidade, sendo detentores apenas de sua força de trabalho. Assim, as barracas visavam auxiliar os trabalhadores e proporcionavam um lugar provisório de moradia. Estes foram os primeiros moradores da ocupação do Vale do Rio Timbó, que posteriormente se transformou na Comunidade do Timbó.

<sup>7</sup>Estes agentes se apresentavam como empreendedores morais (BECKER, 2008) que buscavam administrar a pobreza urbana, de modo a mantê-la disciplinada e concentrada em uma área determinada que se enquadrasse nos códigos de urbanismo da cidade, desempenhando ações de tentativas de desocupações da área.



que constituía o local principal das tentativas de desapropriação<sup>8</sup>. Sendo apenas partir de 1983, com o período de redemocratização e o início do Governo Estadual de Wilson Braga, que as ações de desocupação têm fim e começa as ações de auxílio aos moradores das ocupações irregulares em área de risco ambiental, como a Comunidade do Timbó.

Nesse contexto o espaço do Vale do Rio Timbó transforma-se em um lugar de pertencimento (KOURY, 2003; 2017), onde se estabelecem relações de vizinhança que proporciona a conformação de vínculos afetivos estreitos e duradouros, mas sempre tensos. A Comunidade do Timbó surge a partir dessa transformação do espaço em lugar<sup>9</sup>, isto é, enquanto local de vivência, de moradia e de pertencimento, onde as pessoas estabelecem vínculos, elaboram o cotidiano e articulam as relações de solidariedade, de reciprocidade, de estranhamento e as tensões e conflitos presentes.

Foi através das relações cotidianas desenvolvidas no local que foram elaborados os modos de usos e as formas de habitar o lugar, conformando um sentido de pertencer criado pelas experiências emocionais no e com o lugar. Modos de usos e formas de habitar que são perpassadas por redes de apoio e solidariedade que configuram o estabelecimento de relações de vizinhanças na Comunidade do Timbó e que contribui para o crescimento e a complexificação das relações que são produzidas no lugar. Essa complexificação nas relações de vizinhança se processa com o crescimento populacional da comunidade, principalmente a partir dos anos de 1989 (ACMVT, 2016), quando as casas passam a ser construídas cada vez mais próximas das outras, até ocupar todo o espaço que constitui a Comunidade do Timbó<sup>10</sup>.

É sobre essas relações cotidianas que contribuíram para a construção do lugar de moradia que versa o próximo tópico desse artigo, de modo a discutir o estabelecimento de redes de apoio e a configuração de relações estreitas que caracterizam a sociabilidade que se desenvolve na Comunidade do Timbó. O contexto de sua consolidação, a singularidade das pessoas que a compõe e o tempo de vivência no local contribui para a configuração de relações permeadas por uma intensa pessoalidade e para a conformação de laços de solidariedade baseados na vizinhança, na amizade, na reciprocidade e nas tensões e conflitos resultantes dessa sociabilidade praticada no lugar comum de compartilhamento e pertencimento que é a Comunidade do Timbó.

---

<sup>8</sup>As escavações realizadas no lugar para a retirada de saibro ocasionou a abertura de uma cratera semicircular no terreno do Vale do Rio Timbó. A ocupação da área se desenvolve primeiro na parte alta, que contempla duas ruas e possui um terreno plano com o bairro dos Bancários, mas é na parte baixa onde a ocupação se intensifica e possibilita a consolidação da Comunidade do Timbó. A parte baixa, maior e mais populosa, está situada em um terreno acidentado e é delimitada pela presença de encostas e do Rio Timbó, assim, entrar e sair da parte baixa do Timbó é subir e descer ruas íngremes que contornam as encostas do local.

<sup>9</sup>Michel de Certeau (1998) compreende o lugar enquanto um espaço simbólico vivido, onde um dado local é construído como lugar quando as pessoas produzem dinâmicas de uso que o potencializa e o transforma em um lugar comum praticado, que é significado e atualizado constantemente pelas pessoas através da prática cotidiana. O lugar permite uma memória e um sentimento de pertencimento, de modo que a sua história está impregnada por aqueles que fazem e vivenciam o lugar. A pertença se apresenta como o elemento que possibilita a construção do lugar, uma vez que é a vivência de um determinado lugar, em um dado período temporal, que contribui para que um espaço seja transformado em lugar. Lugar que é praticado cotidianamente e onde se produzem memórias e histórias, sendo um local de reconhecimento para as pessoas que fazem o lugar.

<sup>10</sup>Atualmente a Comunidade do Timbó cresce de forma vertical, com a construção de primeiro andar como forma de aumentar a casa ou de ceder um espaço para os filhos recém-casados.

## Estabelecendo redes de apoio e solidariedade

A Comunidade do Timbó se consolida a partir da ocupação de pessoas pobres, de origem interiorana, recém-chegados ou já morando na cidade de João Pessoa, que vê na ocupação da comunidade uma oportunidade de se estabelecer na cidade ou de refazer a vida no lugar. São pessoas que se tornaram moradores do lugar e que configuram constantemente os processos intersubjetivos cotidianos que conformam a cultura emotiva local.

Os interlocutores que contribuem para a análise desenvolvida neste trabalho, resguardada as suas singularidades, são pessoas que chegaram à Comunidade do Timbó através da mediação de algum parente que já residia no lugar e facilitou a chegada desses novos moradores ao Timbó, seja auxiliando na compra de um terreno, ou na ocupação de um pedaço do espaço ou cedendo a casa como moradia provisória. É a partir dessas redes de apoio social (MARQUES e BICHIR, 2011) que a Comunidade do Timbó se desenvolve, com uma intensificação do crescimento populacional no local através da mediação entre moradores já fixados e novos moradores.

Antes de apresentar os exemplos etnográficos sobre as redes de apoio social que são praticadas na Comunidade do Timbó, é preciso conceituar aqui o que se entende por rede de apoio social. Para isso dialogo com o estudo de Eduardo Marques e Renata Bichir (2011), que discutem as redes de apoio social entre os habitantes mais pobres da cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo, habitantes que acionam vínculos próximos pra angariar auxílios cotidianos e empregos, bem como para enfrentar crises de saúde ou para adoção de crianças que as mães biológicas não têm condição ou não querem criar<sup>11</sup>. Estas redes de apoio formam um tipo de rede caracterizada como rede de apoio social homofílica, isto é, baseada na semelhança devido à mesma origem, ao localismo ou a um ancestral comum entre os sujeitos envolvidos. Rede esta que possui uma importância na sociabilidade cotidiana dos indivíduos que a integram por funcionar como mediação ao acesso de bens e serviços. As redes homofílicas se apresentam de forma mais possante entre os indivíduos pobres, contam com um forte localismo e são baseadas em familiares e vizinhos para conseguir apoios cotidianos.

É esta rede de apoio homofílica que é acionada para auxiliar parentes ou amigos vindos das cidades de origem e que desejam se estabelecer na cidade de João Pessoa, especificamente na Comunidade do Timbó. Circunstancia que se aplicam também nos casos em que o parente já reside na cidade, mas deseja adquirir uma casa por ter casado recentemente, ou pelo desejo de sair do aluguel ou pelo fato de tentar recomeçar a vida depois de ter perdido seus bens materiais por motivos de falência. A vinda destes indivíduos é mediada pela rede de apoio que possibilita ao morador estabelecido conceder abrigo para um novo ou mediar a compra de um terreno/uma casa, bem como o ajudar a encontrar um trabalho e a se estabelecer na comunidade.

---

<sup>11</sup>Como o caso de Dona Ivete e Seu Carlos, o seu atual marido, que adotaram duas crianças, de mães diferentes, que a família biológica não tinha condições de criar, devido à extrema pobreza e os demais filhos para alimentar, ou pelo fato da mãe biológica não querer cuidar da criança. Dona Ivete disse ter seu coração tocado quando soube da situação das recém-nascidas e decidiu conversar com as mães, se dispondo em criar as meninas, e assim o fez: “pegamos pra criar porque as mães não tinham condições pra isso, aquela gordinha ali [aponta para a filha que está conversando com umas amigas do outro lado da rua] a família nenhuma queria porque era mais trabalho e tu sabe, né? Todo mundo aqui precisa de ajuda, mas tem uns que precisam mais que outros, como a família das meninas que peguei pra mim. Isso foi um jeito de ajudar elas também, as meninas e as famílias. Foi bom para todo mundo e nós todos nos damos [bem]!”. Ao ser perguntada se a prática de pegar criança para criar é corriqueira na Comunidade do Timbó, Dona Ivete disse que sim, que tem muita gente que cria os netos ou os filhos dos outros como forma das crianças “vingarem”.

O caso de Dona Ivete, assim como os dos demais interlocutores, se enquadra nesse agenciamento de redes de apoio homofílica para se estabelecer na Comunidade do Timbó. Dona Ivete conta que em fins dos anos de 1980 e início dos anos de 1981 sua loja de tecidos veio à falência, o que levou ela e seu falecido marido, Antônio, a vender a casa, o carro e outros bens materiais para quitar a dívida ocasionada pela falência. Falência que impossibilitou a continuidade de um padrão de vida bem estabelecido, com casa própria, móveis novos e carro na garagem, como mencionou em uma conversa. A mudança para a Comunidade do Timbó concretiza, de vez, a transformação nas condições de vida de Dona Ivete e sua família, que saem de uma vida confortável para cair com “a cara na lama”, residindo em um lugar precário e passando por necessidades com as quais não conviviam, como o acesso a poucos produtos alimentícios, a falta de emprego e as condições de constante alagamento da casa em período de chuva.

Em sua narrativa Dona Ivete relembra o contexto de mudança para a Comunidade do Timbó, ela afirma que,

Eu era lojista no centro da cidade, o finado meu marido tinha frota de taxi, aí foi naquele tempo de mudança de governo, essas coisas, aí então a gente ó...pá... caiu! [o negócio faliu]. O que foi que aconteceu? Com o passar do tempo às coisas foram ficando pior, eu com duas meninas pequenas, a Clara e a Estela. Como a gente tinha parente aqui embaixo no Timbó, que era casa contada, viu? Existia mais barreira, então a gente veio para uma casa que a gente estava fazendo, de pau a pique. Aí a gente veio pra cá com tudo, vendemos tudo para quitar a dívida, vendamos tudo e viemos morar aqui embaixo (Dona Ivete, moradora da Comunidade do Timbó há 38 anos).

Quando “as coisas foram ficando pior” para Dona Ivete e sua família, a rede de apoio homofílica foi acionada como uma forma de procurar alternativas para sair daquela situação e refazer a vida em outro lugar da cidade, sem depender de aluguel para morar, visto que nem Dona Ivete e nem o Antônio estavam empregados ou com condições de pagar aluguel e manter as necessidades de duas crianças pequenas. A rede de apoio acionada foi em contato com parentes do Antônio que já residiam na Comunidade do Timbó e intermediaram a vinda dessa nova família de moradores para o local.

Em meados dos anos de 1981, conta Dona Ivete, os parentes que moravam na comunidade comunicaram a possibilidade da família conseguir um pedaço de terra no Timbó e construir uma casa, sendo uma forma de não pagar aluguel, adquirir uma residência própria e refazer a vida sem precisar sair da cidade de João Pessoa. Foi uma prima do Antônio que, junto com o companheiro, o chamou para conhecer o lugar e cercar um pedaço do terreno nas proximidades de sua casa, este foi o início das relações de reciprocidades para o estabelecimento dessa nova família de moradores na Comunidade do Timbó. Com a ajuda do marido de sua prima, Antônio cercou um pedaço da terra e levantou uma casa em material de taipa, que depois de construída abrigou a família por cerca de cinco anos, quando Dona Ivete e Seu Antônio compraram o barraco onde construíram sua casa, nas proximidades da parte alta do Timbó, onde Dona Ivete mora atualmente com seus filhos, nora e o atual marido.

Foi através do apoio de parentes que Dona Ivete e sua família se estabeleceram na Comunidade do Timbó, com a construção de uma casa e a troca de informações sobre como conseguir auxílio de cestas básicas, por meio de instituições religiosas ou através das ações da administração pública. É esse apoio mútuo e a troca recíproca que constitui uma rede de apoio e solidariedade, pois dela emergem relações baseadas na reciprocidade e na gratidão que proporcionam uma continuidade das relações que



compõe essas redes. Como Dona Ivete, que chegou ao Timbó através de parentes que já residiam no local, os mesmos parentes que a informou sobre onde ir para conseguir auxílio para alimentação familiar, bem como o auxílio a Antônio sobre em que lugar é mais fácil conseguir um bico ou mesmo indicações para empregos.

O morador que se insere nessas redes de apoio atua para uma continuidade da mesma, inserindo novos sujeitos na relação. Ainda no caso de Dona Ivete, assim como recebeu ajuda para se estabelecer no local, esta interlocutora afirma que também já chegou a acolher parentes do falecido marido que eram recém-chegados na cidade e buscavam formas de trabalho para se estabelecer. Com esses parentes, Dona Ivete troca informações sobre como transitar pela cidade, onde conseguir emprego, onde encontrar aluguel barato ou mesmo adquirir uma casa para morar, dando continuidade à rede de reciprocidade estabelecida e incluindo nela novos sujeitos, como Isaías, o primo do Antônio que se hospedou por alguns meses na casa da família.

Estas relações de solidariedade estabelecidas pelas redes de apoio social são configuradas pelos elementos da reciprocidade e da proximidade, sendo relações que perpassaram o momento de constituição da Comunidade do Timbó e integra os códigos de condutas e as formas de sociabilidade local, conformando as redes de apoio como um elemento que integra a cultura emotiva do lugar. Uma confirmação dessa afirmação é encontrada ao conversar com os moradores da Comunidade do Timbó, uma vez que o fato de ter sua chegada ao lugar mediado por um parente ou amigo próximo, bem como as trocas de informações sobre trabalho e favores, o cuidado com as crianças e o auxílio em questões de saúde são elementos corriqueiros na fala dos interlocutores sobre sua trajetória no lugar.

Angélica é outra interlocutora que chegou ao Timbó por meio do intermédio de sua prima, que já residia no lugar. Foi essa prima que comunicou a Angélica sobre um barraco a venda na comunidade, barraco que foi comprado por Angélica e Osvaldo, recém-casados e que procuravam um lugar próprio para construir a família. Osvaldo conta que a compra do terreno, nos anos de 1986, foi uma ótima oportunidade, pois seu trabalho como pedreiro e o da esposa como empregada doméstica não permitia a compra de uma casa em um bairro da cidade, além do que “não via problema em morar no Timbó, era o que dava para comprar e tinha que se dá por satisfeito. Era isso ou nada! Preferi isso e ter minha casa... foi sofrido, mas valeu a pena, hoje vivemos bem”. Angélica, por outro lado, relatou seu receio em ter que morar em uma comunidade, mas como não dependia apenas de sua escolha, aceitou o fato do marido se interessar e ter comprado o barraco.

Quando chegou ao Timbó Angélica já tinha um filho, e na comunidade ganhou os outros dois. Morou por quase 23 anos na parte baixa da Comunidade do Timbó, sendo 05 anos no barraco em que compraram e se estabeleceram no lugar, que se situava em uma área de risco ambiental, nas proximidades da barreira. A convivência com os problemas de deslizamentos ocasionados nos períodos de chuva fez com que Angélica e Osvaldo decidissem juntar dinheiro para tentar comprar uma casa em outro espaço do Timbó, pois ambos estavam temerosos pela integridade de seus filhos. Quando surgiu a oportunidade de comprar uma casa em outra rua da comunidade, conta Angélica, assim o fizeram e se mudaram para a Rua Antônio Camilo Pereira dos Santos, nas proximidades do rio, mas foram das áreas de risco ambiental. A família residiu nessa rua até a compra da casa na parte alta da comunidade, na Rua Margarida Maria Alves, onde moram a 10 anos<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup>Vale ressaltar que Angélica ver a mudança para a parte alta da comunidade como uma melhoria nas condições de vida, ela afirmar gostar de mora onde reside atualmente, diferente de quando morava na parte baixa, pois não gostava porque “era muito bagunçado, muito bagunçado lá embaixo antigamente. Aí

As mudanças de casas que Angélica e sua família fizeram também se dão dentro da lógica das redes de apoio e solidariedade local. Osvaldo informa que não precisava sair andando pela comunidade atrás de casa para comprar, ele avisava aos amigos e conhecidos que estava procurando uma casa no Timbó para sair da área de risco em que se encontravam. Quando surgia uma notícia de que alguém estava vendendo uma casa e os amigos ficavam sabendo, informavam a Osvaldo sobre a oferta e o preço pedido, bem como discutia com ele noções de valor da casa como forma de levantar possibilidades iniciais de negociações a serem tratadas com o proprietário. O mesmo acontecia quando Angélica mencionava para suas vizinhas que pretendia comprar uma casa em outra rua, fora das áreas de risco ambiental.

De acordo com Marques e Bichir (2011, p. 66), as redes de apoio dependem de um conjunto de contatos que um indivíduo dispõe em sua sociabilidade. Contatos que incluem tanto os de vínculos diretos – como familiares e amigos – quanto os de vínculos indiretos – como conhecidos da família ou de amigos de amigos. Essas redes de apoio são acionadas para auxílios em caso de saúde, para ajudas cotidianas e para a obtenção de empregos, e os indivíduos movimentados para a realização desse apoio são parentes, seguidos por vizinhos e depois os amigos (MARQUES e BICHIR, 2011, p. 72).

Na Comunidade do Timbó há redes de apoio homofílicas para obter oportunidades de emprego, com os moradores indicando aqueles que fazem parte de sua rede – pessoas próximas e de confiança – para vagas de trabalho. Dona Fabiana é uma interlocutora que chegou ao Timbó por intermédio de uma amiga de trabalho que residia no local, que a informou sobre a venda de uma casa de taipa quando Dona Fabiana comentou que estava se separando do marido e procurava um lugar para morar com suas duas filhas. Morando na comunidade desde 1985, Dona Fabiana se inseriu na rede de apoio local construída com sua amiga e vizinha e complexificada com a inserção de outros vizinhos de acordo com o estreitamento das relações de vizinhança.

Nesses anos de vivência na Comunidade do Timbó, Dona Fabiana continuou trabalhando como lavadeira<sup>13</sup>, profissão que possibilitou comprar uma casa de taipa no Timbó, criar suas filhas e construir a casa de alvenaria em que reside atualmente. Hoje não mais trabalha como lavadeira e vive da ajuda da igreja católica que frequenta, de onde recebe cestas básicas mensalmente, além da ajuda das filhas que “não me deixam passar necessidade”. Quando trabalhava, Dona Fabiana afirma que “já fui muito ajudada e já ajudei muita gente a conseguir trabalho [...] mas também não é todo mundo que a pessoa sai indicando para os patrões, apenas aquelas pessoas próximas que eu sei que vai fazer um trabalho bem feito”.

Como trabalhava na lavagem de roupas, narra esta interlocutora, conhecia diversas pessoas que contratava seus serviços tanto semanalmente como quinzenalmente, tendo acesso, também, a outras trabalhadoras que desempenhavam a função de diaristas ou de empregadas domésticas. “Tinha patroa que perguntava se eu não conhecia alguém de confiança para ficar fazendo faxina na casa dela, aí eu ia lá e indicava”, a indicação de alguma pessoa conhecida se referia, geralmente, as pessoas que compõem a rede de apoio da qual faz parte, sendo sujeitos de confiança (KOURY,

---

depois quando eu vim pra cá acho melhor aqui encima porque é mais calmo, lá embaixo era muito violento também”. Em sua narrativa surge a tranquilidade que é morar na parte alta, além de não mais precisar subir e descer as ruas íngremes que contornam as encostas do lugar. Morar na parte alta também marcou uma mudança nas condições de vida, Angélica abriu sua loja e não mais trabalha como empregada doméstica, com seu lucro servindo como complementação da renda familiar, que é composta pelo salário de Osvaldo, que trabalha como pedreiro, tanto na construção civil como em obras avulsas.

<sup>13</sup>Lavadeira é a profissão de uma mulher que lava roupa com as mãos, recebendo uma determinada quantia em dinheiro pelo trabalho prestado de deixar as roupas limpas.

2002a; 2004)<sup>14</sup>, de quem se espera que desenvolva um bom trabalho, suprindo com as expectativas resguardadas às pessoas em quem se deposita confiança. A confiança, deste modo, perpassa as relações desenvolvidas através das redes de apoio e fomentam a gratidão (SIMMEL, 2010), a reciprocidade e a amizade.

Todos os interlocutores com quem conversei possuem um caso sobre auxílio para indicações de emprego, citar um por um levaria mais algumas páginas. Cabe indicar, principalmente, os elementos presentes nas narrativas dos moradores: todos já foram ajudados no que se refere a conseguir trabalho, bem como já ajudaram outros moradores a conseguir um bico ou um emprego fixo; há a narrativa de ajudar a todos que precisam e recorrem ao morador pedindo uma indicação quando surgir alguma vaga, mas as pessoas indicadas por esses moradores geralmente integram a rede de apoio e solidariedade em que está inserido, isto é, são vizinhos e amigos em quem confia e, outras vezes, são amigos de pessoas com que desenvolve uma relação de reciprocidade e gratidão.

As redes de apoio geradas pela vizinhança contribuem para a consolidação de laços de solidariedade e reciprocidade, com o desenvolvimento de um sentimento de gratidão e lealdade, bem como de confiança e confiabilidade entre os membros de uma rede de apoio, que possibilita a aproximação entre esses moradores e o fomento da semelhança (KOURY, 2002)<sup>15</sup>. Estas redes de apoio e solidariedade são estabelecidas, principalmente, entre os vizinhos que possuem um vínculo estreito, mas também pode ser ampliada para toda a vizinhança, entre aqueles com quem mantem uma relação cordial e passam por uma situação que requer a ajuda dos vizinhos.

Dona Otília e Dona Creuza ilustram outro caso de rede de apoio gerada a partir de relações de vizinhança, com uma amizade que ultrapassa as duas e se configura também entre as famílias. Vizinhas há mais de 30 anos, Dona Otília e Dona Creuza possuem um vínculo afetivo estreito e duradouro, e se veem como “parceiras” na relação que estabelecem, acionando ações de cumplicidade quando uma precisa da outra nos acordos cotidianos, como indica Dona Otília em nossa conversa na área da casa de Dona Creuza, na presença da mesma. Nessa ocasião Dona Otília afirmar que

quando tenho dinheiro e não quero que ninguém lá de casa saiba eu digo que peguei emprestado com Creuzinha e ela confirma quando Genuíno [o marido] ou algum dos meus meninos perguntam. Não precisa nem dizer, né Creuzinha? [risos] a gente já tem parceria! (Dona Otília, moradora da Comunidade do Timbó há 35 anos).

A parceria entre as duas vizinhas se configura nas trocas cotidianas de longos anos de amizade que é reafirmada diariamente na conversa nas calçadas, na cozinha uma da outra ou através da janela que liga as cozinhas das duas casas e de onde comumente ficam a conversar.

Uma relação solidária e recíproca que envolve pequenos favores cotidianos de empréstimo de alimentos, “essa semana mesmo eu levei uma feira daqui, mas eu nunca

<sup>14</sup>A confiança remete a uma noção de familiaridade, de conhecer o outro e considerar que pode depositar uma crença de irmandade nesta pessoa. Crença que é depositada apenas na confiança no outro e nas ações entre eles que se processam enquanto troca de lealdade e fidelidade, configurando um elo de reciprocidade. Para Koury (2002a, p. 152) a confiança é “uma ação que permite àqueles que a possuem, ou põem em prática, uma espécie de segurança íntima de procedimento: o outro passa a ser visto como uma extensão ou prolongamento do eu”. O conceito de confiança está ligado ao de confiabilidade, que, por sua vez, é a ação de gerar confiança (idem, 2002a).

<sup>15</sup>A semelhança é compreendida enquanto um elemento que se baseia em uma relação onde há uma valorização entre o eu e o outro, sendo o elemento que une as pessoas e possibilita um reconhecimento de si e do outro enquanto sujeitos que compartilham de um elo civilizatório, de códigos morais e de formas de sociabilidade.

trago de volta porque ela diz que quando precisar vai buscar, e vai mesmo [risco]”, como informou Dona Otilia. Que foi complementada pela amiga ao afirmar que “é mesmo que ter continuado na minha casa porque eu sei que quando precisar posso ir lá que vai ter porque ela compra a feira de fardo, aí pronto, é certeza [risos]”, o que aponta para as relações estreitas entre as duas vizinhas e amigas, que é reafirmado pelo fato de uma ter uma cópia da chave da casa da outra para, em qualquer eventualidade, os filhos “acudir” e prestar assistência em casos de saúde. Isso porque certo dia Dona Otilia passou mal dentro de casa e os filhos de Dona Creuza precisaram pular o muro e arrombar a porta para socorrer a vizinha. Depois desse ocorrido as duas famílias acordaram em abrir uma janela que liga as duas cozinhas e compartilharem as chaves como forma de uma segurança para a assistência rápida nas eventuais situações de “precisão”.

Estas redes de apoio e solidariedade, deste modo, são permeadas por uma intensa pessoalidade que resulta das relações duradouras e estreitas que se estabelecem entre os moradores da Comunidade do Timbó. É possível identificar uma variedade de apoio recíproco entre os moradores: para o estabelecimento no lugar, para conseguir emprego, para auxílio em questões de saúde e para troca de favores cotidianos – como cuidar das crianças ou pagar um boleto ou empréstimos de alimento. Estas redes são complexificadas pela relação afetiva estreita entre os vizinhos e pela intensa pessoalidade envolvida nas formas de interação local, que configuram as tensões do viver no Timbó.

### **A intensa pessoalidade local**

No Timbó os moradores vivenciam uma intensa pessoalidade configurada pelo espaço compartilhado e pelo tempo de vivência que proporciona relações duradouras e vínculos afetivos estreitos entre os moradores. A média de residência na Comunidade do Timbó é de 20 anos, com moradores que residem no lugar a cerca de 30 a 40 anos. A maioria desses sujeitos é de cidades do interior da Paraíba, principalmente cidades médias e pequenas, como Ingá, Teixeira, Cacimba de Dentro, Soledade, Patos, Sousa e outras. Essas pessoas trazem na sua bagagem de experiências relações de vínculos sociais estreitos e recriam, a partir de determinadas modificações e delimitações, essas relações com seus novos vizinhos no Timbó.

A Comunidade do Timbó vai se constituindo como um lugar comum de compartilhamento entre os moradores, fomentando uma intensa pessoalidade gestada nas relações de longa duração que se desenvolvem no lugar. O novo morador, que se estabelece na comunidade através de redes de apoio com moradores que já residem no local – e são, geralmente, seus parentes – também se insere nas relações estreitas praticadas cotidianamente no Timbó, onde há um conhecimento mútuo entre os moradores. Deste modo, um morador novo é identificado por ser parente de outro morador, de modo que os indivíduos que moram na Comunidade do Timbó se encontram em uma condição constante de pessoa.

Ao discutir sobre a marca da pessoalidade nas instâncias da vida local como um modo de vida característico da cidade pequena brasileira, Prado (1998) indica a ambivalência da pessoalidade, que provoca o conforto e o desconforto entre as pessoas inseridas nessas relações de pessoalidade. O grau da pessoalidade surge como algo de que se pode orgulhar por ocasionar o conhecimento mútuo, mas que também causa queixa por proporcionar o controle social sobre a vida das outras pessoas. Isso porque as relações de pessoalidade se caracterizam como duas faces da mesma moeda devido a constante posição de pessoa a qual o indivíduo está submetido.

As relações se processam, deste modo, a partir do “mundo de ‘pessoas’, onde tudo passa pelo domínio da personalidade” (PRADO, 1998, p. 36), sendo as vinculações pessoas – a famílias e/ou a grupos – que funcionam como forma de identificação. Identificação que habitualmente passa por nomeações, por apelidos, de modo que, muitas vezes, uma pessoa é conhecida pelo apelido e não pelo seu nome de registro. Assim também se processam as relações entre os moradores na Comunidade do Timbó, onde as pessoas se conhecem por meio de apelidos que estão relacionados à condição da pessoa, ou seja, a um traço físico, ou a uma atividade que desenvolve, ou a um comércio que possui, como Chico da galinha – Seu Francisco que vende galinha –, Cláudia bambolê – Dona Cláudia que é irmã de Reinaldo que dança com bambolê –, Marta do frigorífico – Marta que possui um comércio de frigorífico – e outros. E quando a identificação não ocorre com base no apelido se dá por meio da associação a outra pessoa, como o pai, a mãe, o irmão ou o marido, como Angélica de Osvaldo – Angélica que é esposa de Osvaldo –, Brenda de Dona Ivete de Seu Carlos – Brenda filha de Dona Ivete que é casada com Seu Carlos – entre vários outros exemplos de identificação dos moradores que podem ser citados.

Um episódio interessante para ilustrar essa identificação dos moradores através dos apelidos aconteceu durante uma conversa com Dona Fabiana em uma tarde de quarta-feira. No dia 04 de junho de 2019, por volta das 14 horas, estava realizado mais uma incursão a campo na Comunidade do Timbó, caminhando pelas ruas do lugar, quando encontrei uma das interlocutoras da pesquisa sentada na calçada de sua casa, era Dona Fabiana, - de quem me aproximei e iniciei os cumprimentos cordiais de boa tarde, sendo convidada para sentar junto com ela. Enquanto conversava com esta moradora um rapaz de moto, transportando uma caixa de papelão, se aproximou e pediu informações sobre onde residia uma moradora da comunidade, ele nos forneceu o nome completo da pessoa e o ponto de referência para chegar a sua casa. Nem Dona Fabiana e nem eu conhecíamos a pessoa pelo nome de batismo, mas sabíamos indicar onde ficava o ponto de referência: a antiga laje.

O rapaz se identificou como um entregador que veio deixar uma encomenda comprada por esta moradora e que mesmo no lugar indicado como ponto de referência às pessoas não sabiam informar quem era a moradora em questão, e não sabendo repassar a informação indicaram que perguntasse mais abaixo. Foi assim que o rapaz chegou à rua em que estava sentada com Dona Fabiana, já relativamente distante do ponto indicado, que fica localizado nas proximidades da parte alta da comunidade, na vizinhança de Dona Ivete. Perguntamos aos outros moradores que se encontravam nas calçadas se eles conheciam a moradora informando o seu nome de batismo e o ponto de referência indicado por ela, assim como os demais, ninguém sabia informar quem era a pessoa e onde morava, a não ser pela indicação de que a antiga laje “já é perto lá de cima”. Após cerca de aproximadamente dez minutos tentado chegar a uma conclusão sobre quem era a pessoa, perguntei se o entregador não tinha acesso ao telefone da moradora em sua ficha de compra e ao olhá-la ele encontrou o número e realizou o telefonema.

Nessa ocasião falou com o marido da moradora, que ensinou como chegar até a casa e como encontrá-la ao informar aos vizinhos o apelido pela qual a moradora é conhecida. “Gisele do Avon! Ele disse que ela é conhecida aqui assim. Não ia encontrar nunca!” disse o entregador ao desligar o telefone e agradecer pela tentativa de ajuda. Quando ele saiu em busca da casa da Gisele do Avon, Dona Fabiana disse que tem muita gente no lugar que só é conhecida pelo apelido e não pelo nome, o que reafirma a condição de intensa personalidade, que se assemelha a discussão traçada por Prado ao



indicar que no domínio da personalidade a identificação, geralmente, é realizada por meio de apelidos.

A lógica da personalidade, deste modo, está presente nas relações que se desenvolvem na Comunidade do Timbó, onde a pessoa ganha ênfase em relação à individualidade. Nesse contexto até o ato de caminhar com algum morador pelas ruas da comunidade se apresenta como uma espécie de desafio, visto que é solicitada uma parada constante nas calçadas para cumprimentos cordiais, trocas de avisos ou para a obtenção de informações. Situações essas que presenciei em todas as caminhadas que realizei na presença de Laura. No começo da pesquisa de campo Laura se dispôs em realizar algumas caminhadas na minha companhia para apresentar alguns lugares que compõe a Comunidade do Timbó. Nossas caminhadas geralmente aconteciam no período de final da tarde, quando o sol já estava baixo e as ruas cobertas pela sombra, o que proporcionava um ambiente mais fresco para transitar na comunidade, nos diversos sobe e desce de ruas íngremes e tortuosas.

O período de final de tarde também é o horário que tem uma maior movimentação nas ruas, com uma presença de moradores sentados nas calçadas a conversar com os vizinhos e amigos enquanto olham o movimento da rua e cumprimentam os pedestres. Foi assim que aconteceu nas minhas caminhadas com Laura no Timbó, parávamos constantemente para Laura cumprimentar conhecidos mais próximos e, aproveitava a ocasião para me apresentar como pesquisadora. Outras vezes eramos paradas por moradores que buscavam informações com Laura sobre atualização de cadastro do Programa Bolsa Família ou sobre oportunidades de emprego ou sobre atividades da igreja católica local.

Foi nessas caminhadas iniciais onde percebi a intensa personalidade praticada no cotidiano da comunidade, principalmente depois de um episódio em que Laura foi parada na rua por uma moradora que desejava tirar dúvidas jurídicas com ela sobre pagamento de pensão alimentícia. Nessa oportunidade havia uma senhora sentada sozinha no chão de uma calçada próxima a nós, decidi me aproximar dela enquanto Laura conversava com a moradora, e assim o fiz. Cumprimentei-a e começamos a conversar, nessa ocasião perguntei se ela morava há muito tempo no lugar e o que gostava de fazer ali, mas ela mal começou a falar quando uma cabra preta, que tinha as patas traseiras amarradas, passou por nós e cruzou a rua para dentro de uma casa. Logo a senhora olhou pra mim e indagou: “de onde essa danada já vem?” e em resposta sorri afirmando que estava passeando pela rua. A moradora concordou, sorriu junto e me convidou para ir até a sua casa conhecer mocinha, a sua cabra de estimação, balancei a cabeça positivamente e juntas nos levantamos da calçada e seguimos até a sua casa, que ficava logo à frente.

Ao entrar no jardim da casa desta moradora percebi que o terreno era dividido em três casas que compartilhavam o mesmo jardim, ali moravam a moradora, Menina – a cabra –, suas duas filhas e família. Menina estava na área da casa localizada no meio do terreno, casa onde a senhora residia com seu animal de estimação. “Olha onde ela já tá, parece que sabia que eu ia te trazer aqui e ficou esperando”, disse a senhora, eu sorri e elogiei mocinha ao falar que ela é muito bonita, escutando, em seguida, a afirmação de que “ela é mais bem cuidada do que eu, mas dá um trabalho danado subindo nas telhas da casa e emburacando<sup>16</sup> nas casas que estiverem com as portas abertas”. Conversamos sobre mocinha até Laura chegar e chamar para seguirmos a caminhada, foi quando me despedi da senhora e ficamos de conversar mais vezes sobre Menina enquanto eu a encontrasse sentada na calçada.

---

<sup>16</sup>*Emburacar* é um termo que se refere ao ato de entrar em um determinado lugar sem avisar.

Continuei a caminhada com Laura e ao conversar com ela sobre o animal de estimação daquela moradora fiquei sabendo que mocinha era uma figura conhecida na comunidade, assim como a sua dona, Dona Maria Preta, como comumente é conhecida no lugar, devido à tonalidade escura de sua pele. A situação gerada pelo encontro com esta moradora e o convite para entrar na sua casa e conhecer seu animal de estimação, sem que houvesse antes uma apresentação prévia entre nós duas chamou, mais uma vez, a atenção para a intensa pessoalidade cotidiana na sociabilidade da Comunidade do Timbó. Apesar de levar em consideração que estava acompanhada de uma moradora da comunidade, a Laura, que inclusive era presidente da Associação Comunitária na época em que realizamos essas caminhadas no Timbó, no ano de 2018.

A pessoalidade que se desenvolve na Comunidade do Timbó também implica em tensões cotidianas devido à fluidez entre as fronteiras do público e do privado. No Timbó todos se conhecem e tudo é conhecido por todos, o que aciona o sentimento de conforto e desconforto em relação à sociabilidade local. Isto é, os moradores se apoiam no conforto de compartilham um lugar de reconhecimento, onde todos sabem quem é quem, de modo que mesmo quando não tem conhecimento do nome da pessoa, sabe-se que ela é filha de fulano, ou esposa de cicrano, ou irmã de beltrano. Ao mesmo tempo em que os moradores sentem o desconforto do controle social, onde todos sabem o que se faz, o que gera no morador o incomodo de sentir-se um alvo potencial das fofocas.

A fofoca, que quando mencionado pelos moradores, geralmente é interpretada através de um aspecto negativo. Em conversas com os moradores é possível notar a busca pela diferenciação daquele que é identificado como fofoqueiro e que “cuida da vida dos outros”, apresentando-se como o oposto a esta figura, isto é, como um sujeito que não gosta de conversa e não se mete na vida de ninguém, sendo aquele morador que só tem tempo para o trabalho e a família. A fofoca é vista como forma de se meter na vida dos outros, de inventar conversa. É entendida enquanto um elemento ambíguo que serve para saber sobre as notícias, mas que também funciona como deprecição e forma de intromissão na privacidade do outro relacional.

Amanda, por exemplo, é uma moradora da Rua Travessa São Paulo que reclama o fato de que todos se veem no direito de falar sobre a sua vida, mas de não receber a ajuda de ninguém. Ela critica essa intromissão na sua privacidade pessoal e familiar afirmando que “o povo quer dá pitaco<sup>17</sup> na minha vida, falam sobre o que se passa na minha casa e como devia ser... se metem onde não são chamados, diz como deveria criar meu filho, mas não ajudam quando veem que preciso”. Amanda chama atenção para o incomodo proporcionado pelo controle social exercido sobre ela e de como ela deveria proceder na educação do seu filho e sobrinho, de modo a afastar o sobrinho do uso de drogas e evitar que o filho siga um caminho parecido. A fofoca, neste caso, funciona como um controle social de como os demais moradores julga que a situação deveria se encaminhar. Nesse dia em que conversamos, Amanda havia ido até a casa de Laura, onde eu estava, para saber sobre como inscrever o filho na catequese para que ele aprenda a rezar. Esta atitude pode ser interpretada como uma forma de dá uma resposta ao controle social sobre como proceder com o filho, de modo a afirmar os códigos de moralidade local, se situando como uma pessoa temente a Deus e que se distancia dos elementos negativos que sujam a imagem do lugar e dos seus moradores, como o tráfico de drogas no lugar.

Nessa mesma oportunidade em que conversei com Amanda, após sua saída, Laura comentou sobre a sua compreensão acerca da fofoca, indicando a ambiguidade que esta noção apreende ao afirma que

---

<sup>17</sup>*Pitaco* é uma expressão que indica um palpite ou uma sugestão que não foi solicitada.

aqui em casa geralmente a gente não precisa sair pra saber das notícias. Às vezes as vizinhas chegam e diz [risos], quando não é isso chega no WhatsApp: Fulana morreu, Fulana tá assim, Fulana tá precisando disso, Fulana tá precisando daquilo. Então assim, é bom, tem esse lado positivo porque o social a gente consegue chegar junto, né? Mas tem a parte negativa também, quando diz: menina Fulana disse que tu tava fazendo num sei o que, num sei o que, num sei o que, num sei o que... chega detonando você. Então isso fica de certa forma um pouco mais comprometedor, mas sabendo ter um pouquinho de jogo de cintura, não se incomodado tanto com algumas situações, que muitas vezes são imaginação. Coisas são criadas também da cabeça das pessoas... dá pra levar, é de boa, é tranquilo. (Laura, moradora da Comunidade do Timbó há 30 anos).

A ambiguidade da fofoca, como colocada pela interlocutora, relaciona-se com a troca de informações como algo bom, e com os comentários depreciativos, como algo ruim. O fato de saber informações sobre como está fulana, se está bem ou mal, se casou, se está precisando de algo ou se morreu, é apontado como o aspecto positivo que possibilita o auxílio ao outro. Enquanto que a fofoca depreciativa (ELIAS e SCOTSON, 2000, pp. 121-133) que “detona” o outro relacional com comentários negativos na concepção da moralidade local, é visto como o aspecto ruim, de modo que é preciso criar justificativas para não ser confundido ou reconhecido como um fofoqueiro. Assim, a fofoca também funciona como um elemento de controle social, uma demonstração de como se espera que alguém proceda em determinadas situações consideradas de vulnerabilidade para os códigos morais<sup>18</sup>, como o risco que os moradores veem do filho de Amanda seguir pelo caminho da criminalidade, exigindo da mãe, através dos comentários e das fofocas, uma atitude que resguarde o seu filho, como a busca de inscrevê-lo na catequese, como uma possível solução procurada por Amanda.

A intensa pessoalidade que se desenvolve entre os moradores produz códigos de comportamento de como proceder perante os vizinhos e amigos nas vivências cotidianas da comunidade do Timbó. Essa lógica de uma sociabilidade pessoalizada configura relações estreitas que evocam tensões e conflitos devidos, principalmente, ao intenso conhecimento sobre todos e de tudo que acontece na comunidade, provocando desconfortos, desavenças e confusões entre os vizinhos. Em uma conversa com Dona Tereza, por exemplo, ela afirmou que, no geral, se dava bem com seus vizinhos, apesar de recorrer apenas à vizinha da frente quando precisa de algum favor. Apesar de se dar bem com todos, no geral, não possui mais relações com a sua vizinha que mora na casa a direita da sua. Na narrativa de Dona Tereza ela fala sobre o desgaste cotidiano com essa vizinha, sendo a melhor solução um rompimento na relação com ela, mas não com seus filhos, com quem mantém uma relação cordial.

Quando perguntei a Dona Tereza como, na concepção dela, as coisas chegaram ao ponto de um rompimento relacional, esta interlocutora relembrou as piadas que geralmente escutava quando passava em frente a casa da referida vizinha. Piadas que foram se transformando em assuntos de fofoca que chegavam ao seu ouvido, tendo como ponto elemento central dos disse-me-disse a condição de Seu José, que bebe nos finais de semana, após seu trabalho como pedreiro, e comumente passa a sexta e o sábado sem aparecer em casa, retornando no domingo. A condição de Seu José é reclamada pela esposa, que diz ter consciência dos problemas de seu marido, mas que não concede o direito de um não familiar “se intrometer na minha vida e da minha família”. Dona Tereza

<sup>18</sup>Nesse aspecto ver Koury (2018) como leitura comparativa.

Eu sei que ele tem problema com álcool, o povo diz: Tereza porque tu não aconselha ele a parar? Ele é um homem de idade e sabe o que é bom e o que é ruim! Eu trabalho, cuido da casa, faço comida, lavo roupa, crio a minha neta e ainda tenho que cuidar de homem criado? Deixa ele fazer o que bem entender (Dona Tereza, moradora da Comunidade do Timbó há 36 anos).

Mas ao mesmo tempo em que não pretende “cuidar de homem criado”, Dona Tereza não quer que a condição do seu marido e da sua família vire assunto de conversas em calçadas, o que, segundo ela, estava acontecendo com a vizinha com que rompeu relações. Em sua narrativa, foi esse desgaste relacional com a vizinha que levou ao fim da relação cordial entre as duas, sendo um motivo reconhecido pelos filhos da vizinha, “eles vieram falar comigo para saber o que estava acontecendo. Até pediram desculpas!... com eles ainda falo quando encontro no caminho para casa”, ressaltou a interlocutora.

O que se apresenta nesse exemplo etnográfico é a busca pela dimensão da individualidade e privacidade dentro de uma lógica de intensa pessoalidade e compartilhamento. Essa questão é discutida por Koury (2018) em seu estudo sobre uma comunidade de afetos em uma rua de um bairro popular da cidade de João Pessoa. Nesse estudo Koury analisa como se dá a construção de uma pessoalidade em uma construção comunitária, abordando as tensões do viver em uma comunidade de afetos que impossibilita o anonimato e abafa tentativas de individualidade com base no jogo de solidariedade e nas questões morais conservadoras criadas através na constituição comunitária em torno de uma rua específica.

Comunidade de afetos que possui um processo exaustivo de pessoalidade, onde a solidariedade ajuda a manter uma rede de afetos, ao mesmo tempo em que atenta para as tensões e os conflitos que são mediadas publicamente quando compreendidas enquanto um problema público que pode levar a falência moral. A intensa pessoalidade que se desenvolve na Comunidade do Timbó, por sua vez, possui um caráter singular, mas que se assemelha a pessoalidade presente nas relações cotidianas da comunidade de afetos. Isso porque todos os moradores do Timbó se conhecem ou reconhecem e os assuntos da dimensão privada e familiar corriqueiramente ganham destaque na comunidade. Alguns desses assuntos inclusive tornam-se uma preocupação que pode ocasionar um desvio moral, como no caso supracitado de Amanda, com o risco de que seu filho se envolva com a criminalidade local.

O diálogo com o trabalho de Koury (2018) também se estabelece com base na ilustração do caso de Dona Tereza, acima mencionado, onde se espera de um bom vizinho à solicitude e o apoio nos momentos que necessita, mas também o respeito deste à privacidade pessoal e familiar do outro, de modo que não se tenha uma intromissão à vida do vizinho, isto é, aos assuntos considerados exclusivos do âmbito privado (*idem*, 2018). Ao mesmo tempo em que exige que o vizinho não intervenha, sem ser chamado, espera que ele não seja indiferente às situações, sendo elaborados códigos de etiqueta de como se portar como um bom vizinho. As relações de vizinhança suscitam tensões de como agir sem que seja visto como mal vizinho, se mostrando sabedor da situação do outro, mas sem o constrange-lo ou ser interpretado como fofoqueiro<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup>Estar em vizinhança não significa, como observado no Timbó, ter vínculos estreitos de afetividade com todas as pessoas e, mesmo que se desenvolva uma relação cordial com todos, não quer dizer que se confia e pode contar com toda a vizinhança. Apesar de existir a afirmação dos moradores de que ajudam a todos que precisam, mas que, no entanto, não procuram todos quando necessita. Geralmente, dentre os vários vizinhos da rua, apenas um ou dois moradores são apontados como pessoas próximas em que se pode

Assim, a intensa pessoalidade cotidiana que se desenvolve na Comunidade do Timbó permite que todos os moradores se reconheçam, não se pode ser anônimo, sempre se é uma pessoa identificada, localizada e reconhecida como filho ou parente de alguém ou ligado a um determinado grupo ou instituição. Essa intensa pessoalidade proporcionada pelo estabelecimento de vínculos afetivos estreitos vivenciados, com relações de longa duração, complexifica as práticas cotidianas que se processam no lugar, configurando a tensão do viver no Timbó.

Nas relações cotidianas em que se desenvolve a intensa pessoalidade entre os moradores da Comunidade do Timbó, também é configurado o sentimento de pertencimento, que contribui para a construção de um lugar comum de compartilhamento de sentimentos e vivências. O sentimento de pertença serve como ponto de partida para o indivíduo compreender a si e ao outro a partir do lugar de vivência, que possui um significado pessoal e coletivo que configuram o viver cotidiano. Isto é o sentimento de pertença é configurado tanto pelas experiências afetivas individuais e coletivas com e no lugar. Na Comunidade do Timbó o sentimento de pertencimento é permeado pela intensa pessoalidade local, que complexifica a compreensão dos moradores a respeito do pertencer ao Timbó, sentimento que é lido através da ambivalência do gostar e do desgostar do lugar.

### **Sobre o sentimento de pertença entre os moradores**

Os moradores da Comunidade do Timbó apreendem a vivência no local a partir de um sentimento de pertença ao lugar. Ao estabelecer vínculos na comunidade e sentir-se parte dela, os moradores reconhecem a si e aos outros relacionais enquanto pessoas que compartilham um mesmo sentimento, a pertença! Com base em Koury (2003), o sentimento de pertencer se apresenta como um fundamento de si a partir de um lugar. O lugar é um lugar comum composto por diversos olhares singulares das pessoas que nele moram ou frequentam, mas é, também, o lugar coletivo onde estas pessoas vivenciam experiências singulares do e no lugar, reelaborando essas experiências a partir de um sentimento particular de pertencimento que aciona a ambivalência do gostar e do desgostar.

A Comunidade do Timbó é este lugar onde se misturam sentimento de amor e desamor (*idem*, 2003), próprios do sentimento de pertença, que possibilita o desenvolvimento de um sentido comunitário que uni as pessoas e que é vivenciado de forma tensa e ambivalente. Assim, o sentimento de pertencer à comunidade proporciona estratégias de salvar a imagem do lugar e a figura dos seus moradores<sup>20</sup>, desempenhando um esforço de apresentar as coisas boas que reforçam o fato de gostar de morar no lugar e não ter pretensão de sair, como a tranquilidade local, o fato de todos se conhecerem, as redes de apoio e solidariedade, a infraestrutura local, o PSF, a CREI, as igrejas e outros.

A comunidade do Timbó vai se constituindo enquanto um lugar de pertencimento, um lugar que se consolida através da luta dos moradores pela permanência no local enquanto espaço de moradia. É nesse espaço onde firmam

---

confiar nos momentos de necessidade e de algum favor, ou de questões que envolvem saúde ou dinheiro e outros.

<sup>20</sup> Isso porque foi construída uma imagem negativa sobre a Comunidade do Timbó, que é comumente vista como um espaço de pobreza, de violência (SOARES, 2009), de precariedade, de vulnerabilidade, de sujeira e de perigo. Seus moradores são associados a pessoas potencialmente perigosas que carregam o estigma do lugar onde moram, sendo apontados como os responsáveis pela violência no bairro dos Bancários (SOARES, 2009; PITA, 2012). Por isso estes moradores do Timbó desenvolvem estratégias de preservação da face (GOFFMAN, 2012) do morador – apresentado como trabalhador, honesto e temente a Deus – e do lugar – apresentado como tranquilo, de pessoas de bem e bom de morar.



residência e estabelecem relações afetivas de amizade e vizinhança que fundam o lugar e fundam-se enquanto moradores do Timbó. Deste modo, o conceito de pertença é discutido a partir da noção de fazer parte de um lugar, noção esta que estabelece relações cotidianas que dão sentido à vida do morador (HONORATO, 1999), de modo que o sentimento de pertencimento provoca uma relação ambivalente no morador que vivencia uma dada cultura emotiva (KOURY, 2017), pois aciona a noção de fazer parte do lugar e de se enraizar nele e a partir dele, como “uma espécie de se tornar do mundo a partir do seu lugar, e da cultura emotiva que o formou e o fez emergir como pessoa singular” (*idem*, 2017, p. 16).

Essa ambivalência está presente na narrativa dos moradores da Comunidade do Timbó, como no caso de Angélica, que afirma gostar da rua e da comunidade, que se modificou bastante no decorrer dos anos em que mora no local. Para ela,

Hoje praticamente tem tudo [na comunidade] e geralmente quem mora aqui não quer sair daqui não porque diz que é a comunidade melhor que tem de morar é aqui. As pessoas são boas também, em todo canto tem gente ruim, né? Mas aqui, graças a Deus, todo mundo conhece todo mundo e ninguém mexe com a gente... E aqui eu gosto de morar porque aqui é calmo, eu num vejo bagunça não, aqui é muito tranquilo, graças a Deus! (Angélica, moradora da Comunidade do Timbó há 29 anos).

Por outro lado, diz desgostar da comunidade por ter pessoas que “gostam de ver você na merda”, que são egoístas, inventa conversa e “se importam muito com a vida dos outros, gosta de ver a derrota dos outros”. Sendo este elemento compreendido pela interlocutora como um aspecto que precisa ser modificado para que a vivência na rua e na comunidade seja ótima, mesmo entendendo que “a gente não pode mudar o povo, né?”.

Angélica ainda expressa uma vontade futura de sair da Comunidade do Timbó, mas apenas se for para um bairro e se assim Deus permitir. Esse desejo é expresso quando perguntada se algum dia pensa em sair do lugar, que responde em afirmativa indicando que pensa, mas

Só se Deus permitir, um dia, me dá uma casa em outro lugar que não seja assim, que nem aqui né [uma comunidade]... num bairro. Mas tirando isso, não penso não. A gente só tem aquilo que Deus permite né? Se for da vontade dele sair daqui para um canto melhor, eu vou sair. Se não for... Fico aqui até o dia que ele me levar (Angélica, moradora da Comunidade do Timbó há 29 anos).

Esta interlocutora compreende uma possível saída da Comunidade do Timbó para um bairro da cidade de João Pessoa como algo melhor, que pode proporcionar uma melhoria de vida. O fato de morar em uma comunidade é um dos elementos que fomenta o desgosto em relação ao lugar de moradia devido à imagem negativa que a cidade tem do local. No entanto, a Comunidade do Timbó também aparece como um lugar melhor de morar do que em relação a outras comunidades da cidade.

Angélica foi à primeira interlocutora que mencionou desejar sair da comunidade para morar em bairro da cidade, se assim “Deus permitir”. Osvaldo afirma seguir a mulher para onde ela quiser ir, mas diz não ter o desejo de sair da Comunidade do Timbó para morar em um bairro da cidade porque pesa no desejo de permanência os vínculos estabelecidos no lugar, que constituem suas amizades e as peladas proporcionadas, além do fato de conhecer todo mundo e ser reconhecido por todos como um homem de respeito. Neste sentido, para Osvaldo mudar significa deixar de

lado essas relações afetivas e esse conhecimento mútuo para passar a morar em um espaço cerca por desconhecidos até que sejam estabelecidas novas relações.

É no lugar de pertença que o estranhamento se funda e produz o espaço próprio e o espaço do outro, que possibilita os símbolos de reconhecimento do sujeito enquanto pessoa e como comunidade, ou mesmo tempo que se apresenta como um elemento para o desvendamento de outros lugares (*idem*, 2003). A noção de pertencer joga com o estranhamento, o encantamento, o deslumbramento, o encontro e os desencontros, elaborando diversos olhares sobre um mesmo processo. Nesse sentido, Koury indica que o sentimento de pertença cria um lugar comum para os sujeitos, um

Lugar onde se habita, onde se constroem individualidades e sentimentos de civismo. Onde se encontram a reciprocidade e a animosidade, capazes de fortalecer sentimentos de amor e de ódio intensos, misturados, que tornam o viver a cidade como algo mais do que morar nela. Que tornam a experiência comum em algo que faz parte do corpo individual, porque cultural e social, de quem nela habita (*idem*, 2003, p. 85).

Os moradores do Timbó elaboram um sentimento de pertença em razão da sua relação com o lugar, onde o espaço é evocado simbolicamente na memória. O lugar é naturalizado como um espaço de residência, onde se constituem relações afetivas com o outro que compartilha da mesma condição socioeconômica e dos mesmos planos – de se estabelecer na cidade, conseguir um trabalho e melhorar de vida. Este outro vai sendo construído na figura de um par relacional que fortalece a luta pela permanência no lugar, e nesse processo de constituição da comunidade do Timbó este outro se transforma em vizinho, em um sujeito com quem se partilha experiências e se estabelece uma relação de reciprocidade.

Nesse sentido pode-se compreender a narrativa de Dona Ivete, que relembra a sua decepção em ter que morar no Timbó, uma vez que a moradia na comunidade significava sair de um padrão de vida considerado bom para uma nova condição de vida “com a cara na lama” e com diversas dificuldades financeiras devido à falência econômica da família. Esta interlocutora considera que não gostava de morar no Timbó, sentimento que foi resignificado a partir do estabelecimento de relações de vizinhança no local, onde construiu laços afetivos estreitos com as pessoas e com o lugar. Em suas palavras ela indica que

como eu morei em outros cantos, eu nunca gostei, a gente morava porque tinha que morar, sabe? Mas aqui no Timbó é um povo unido, uma hora briga, outra hora esculhamba, outra hora xinga um com o outro, sucessivamente. Mas no dia que o Timbó tá tão triste, tão caladinho, a gente não gosta, só gosta quando um está esculhambando o outro... “ei filho de disso!” [fala imitando um grito], tá entendendo? [risos] “ei você é isso!”... E assim vai. Eu gosto daqui porque sempre é animado... Eu gosto daqui porque é uma bagunça só e eu gosto da bagunça. (Dona Ivete, moradora da Comunidade do Timbó há 38 anos).

O estabelecimento de vínculos afetivos, a animação, a união, o conhecimento mútuo e os conflitos que se processam no cotidiano da Comunidade do Timbó são apontados por Dona Ivete como elementos que marcam a singularidade local e o apresenta como um lugar bom de morar.

A comunidade do Timbó, deste modo, é vivenciada pelos moradores enquanto um lugar de pertencimento, onde se conhece e é conhecido por todos, desenvolve relações estreitas de amizade e vizinhança e compartilha o cotidiano. No entanto, a

pertença também joga com os sentimentos de embaraço (GOFFMAN, 1985) por morar em um lugar que tem uma imagem estigmatizada, vista como violenta e perigosa, onde se agrupam pessoas pobres, o que faz com que sejam produzidas estratégias de diferenciação e preservação da face, que apresentam o lugar como tranquilo, de gente honesta, trabalhadora e temente a Deus.

As relações estreitas que se reproduzem entre os moradores do Timbó fortalecem o sentimento de pertença, de modo que a comunidade é vista como espaço de conhecimento e, sobretudo, como lugar de reconhecimento. Estas relações estreitas são, ao mesmo tempo, experienciadas através da tensão da intensa personalidade, onde os acontecimentos ganham destaque no cotidiano. O viver no Timbó é perpassado por um compartilhamento de experiências e sentimentos que configuram relações afetivas de gostar e desgostar baseada no sentimento de pertença e na intensa personalidade.

A Comunidade do Timbó, por fim, é o lugar próprio, o lugar comum fundado e que funda os moradores, lugar de reconhecimento e identificação de si e do outro. As relações cotidianas de vizinhança que se desenvolvem no local contribuem para a construção de um sentimento de pertença. São essas relações cotidianas praticadas na localidade que propicia a compreensão do indivíduo enquanto morador da Comunidade do Timbó, sendo o lugar enquanto elemento intrínseco de pertença (KOURY, 2003).

É a partir das práticas cotidianas dos indivíduos no local que a Comunidade do Timbó transforma-se em lugar, configurando as relações de vizinhança e os sentimentos comuns de usos e desusos do lugar. Lugar que se apresenta como pertença e como cultura emotiva (*ibidem*, 2017), como lugar que é fundado e que funda códigos de moralidade, as relações de vizinhança e as formas de sociabilidade do Timbó.

### **Considerações Finais**

Na análise da cultura emotiva da Comunidade do Timbó o conceito de pertença, a intensa personalidade e as redes de apoio e solidariedade se apresentam como elementos importantes para as relações cotidianas que se desenvolvem no lugar, bem como para os códigos de moralidade cristalizados. Assim, a análise do sentimento de pertença permite entender como o morador se relaciona com o lugar e com os outros, exercitando a semelhança e a dessemelhança cotidianamente. Sendo um conceito fundamental para pensar a cultura emotiva, como lugar de pertença, que configura e é configurada por uma sociabilidade de intensa personalidade que norteia as relações de vizinhança e amizade e elabora a tensão do viver no Timbó.

Relações de intensa personalidade que integram as redes de apoio social, que proporciona o estabelecimento de laços estreitos de vizinhança e de amizade, que configuram sentimentos de gratidão, confiança e reciprocidade. As relações de vizinhança na Comunidade do Timbó se consolidam através da elaboração dessas redes de apoio que acionam auxílios cotidianos e resignificam a vivência no e com o lugar comum de compartilhamento, como foi possível perceber através das situações etnográficas abordadas no decorrer do trabalho.

A sociabilidade de intensa personalidade do Timbó coloca o morador na condição permanente de pessoa, é a partir dessa condição que os laços de vizinhança são estabelecidos caracterizando a proximidade entre os sujeitos devido à produção de um vínculo social estreito onde o público e o privado se mistura. A tensão do viver no Timbó, deste modo, é marcada pelo conforto do reconhecimento mútuo e pelo desconforto do controle social por sentir-se alvo potencial de fofoca, bem como pela impossibilidade de anonimato. Esse caráter pessoalizado das relações que se desenvolvem no Timbó evidencia o conflito dos laços de vizinhança, sendo apontada pelos moradores a figura do bom vizinho como aquele que vive do seu trabalho e da sua

casa, não utilizando seu tempo para “se meter na vida dos outros”, ao mesmo tempo em que não é indiferente para com os demais relacionais, se colocando a disposição para ajudar sempre que for procurado.

Nesse sentido, a Comunidade do Timbó vem sendo analisada através dos pequenos enfrentamentos cotidianos dos seus moradores, seja entre os moradores da comunidade ou em relação ao bairro dos Bancários. Situações onde se processam formas de contornar os enfrentamentos provocados pela intensa pessoalidade e para a criação de estratégias para preservar a face do morador e da comunidade do Timbó. Estratégias que apresentam o lugar como tranquilo, seguro, bom de viver e onde todos se conhecem, além das formas de diferenciação entre os sujeitos honestos e aqueles envolvidos na criminalidade, bem como entre aqueles que vivem a sua vida e aqueles que se metem na vida dos outros, vistos como fofoqueiros e intrometidos.

A cultura emotiva do Timbó, assim, é elaborada a partir das vivências emocionais dos sujeitos em interação em uma determinada situação, de modo que para compreendê-la é preciso identificar as emoções que configuram o jogo relacional, já que são emoções específicas que compõe uma cultura emotiva. Para isso é necessário analisar como o sujeito vivencia o lugar e a sua relação com o outro para entender os processos intersubjetivos que configura a cultura emotiva e constitui códigos de moralidade.

### Referências

- ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. Emoção, discurso e política do cotidiano. **Anuario di Antropologia** n. 6 – Emozioni, pp. 6-35, 2005. Trad. Mauro Guilherme Pinheiro Koury (1ª versão – para uso exclusivo em classe, 2019.1).
- ACMVT – Associação Comunitária dos Moradores do Vale do Timbó. **Contextualizando a Comunidade do Timbó (Censo 2015-2016)**. João Pessoa, 2016.
- ARAÚJO, Mateus Augusto. **O urbano na produção da favela do Timbó – João Pessoa**: regularizar os espaços para valorizar a cidade. Dissertação de Mestrado, PPGGH/USP, 2014.
- BECKER, Howard. **Outsiders**: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CERTEAU, Michel de. Relatos do espaço. In: **A Invenção do Cotidiano** (pp. 199-216). Petrópolis: Editora Vezes, 3ª ed, 1998a.
- COELHO, Maria Cláudia; REZENDE, Cláudia Barcellos. Introdução. O campo da antropologia das emoções (pp. 7-26). In: **Cultura e sentimentos**: ensaios em antropologia das emoções. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- COELHO, Maria Cláudia. Gênero, emoções e vitimização: percepções sobre a violência urbana no Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 10, pp. 10-36, 2012.
- DANTAS, Maria Auxiliadora Clemente. **A comunidade do Timbó (João Pessoa-PB)**: análise sócio-ambiental e qualidade de vida. Dissertação de Mestrado, PPGGPA/UFPE, 2003.
- DIEB, Marília de Azevedo; MARTINS, Paula Dieb. O Rio Jaguaribe e a história urbana de João Pessoa/Pb: da harmonia ao conflito. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, São Paulo, 2017. **Anais do XVII ENANPUR**, pp. 1-22, 2017.

- ELIAS, Norbert. Sugestões para uma Teoria de Processos Civilizadores. In: **O processo civilizador**: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. 2, 1993.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- GOFFMAN, Erving. Sobre a preservação da fachada: Uma análise dos elementos rituais na interação social. In: **Ritual de interação**: Ensaio sobre o comportamento face a face. Rio de Janeiro: Vozes, pp. 13-50, 2012.
- HONORATO, Rossana Cristina. **Se essa cidade fosse minha...** A experiência urbana na perspectiva dos produtores culturais de João Pessoa. 1ª ed, João Pessoa: Editora Universitária, v. 1, 1999.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais. Pág. 1-23, 2010a. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>. Acesso em 01.01. 2019.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Trabalho e Disciplina (Os homens pobres na cidade do Nordeste: 1889-1920), (pp. 134-149). In: F. F. Hardman et al. **Relações de Trabalho & Relações de Poder**. Fortaleza: EdUFC, 1986.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Medos Corriqueiros**: A construção social da semelhança e da dessemelhança entre os habitantes urbanos das cidades brasileiras na contemporaneidade. Projeto de Pesquisa, GREM: João Pessoa, 2002, 16pp.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Confiança e confiabilidade: uma análise aproximativa da relação entre medo e pertença. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 1, n.2, pp. 171-205, 2002a.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. O local enquanto elemento intrínseco da pertença (pp. 75-87). In: Claudia Leitão. (Org.). **Gestão Cultural**: significados e dilemas na contemporaneidade. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Uma análise das noções de confiança e traição em um grupo de jovens. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 3, n.9, pp. 367-403, 2004.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Etnografias urbanas sobre pertença e medos na cidade**: Estudos em antropologia das emoções. Recife: Bagaço/João Pessoa: GREM, 2017.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Uma Comunidade de Afetos**: Etnografia sobre uma rua de um bairro popular na perspectiva da Antropologia das Emoções. Curitiba: Appris, 2018.
- LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. Evolução da estrutura urbana recente de João Pessoa – 1960/1986. **Textos UFPB/NDIHR**, n. 29, 1992.



- LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. Evolução urbana de João Pessoa pós-60 (pp. 39-63). In: Regina Célia Gonçalves; Maria Beatriz Ferreira Lavieri; João Lavieri; Glória Rabay. **A questão urbana na Paraíba**. História temática da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, n. 3, NDIHR, 1999.
- LUTZ, Catherine; WHITE, Geoffrey. The anthropology of emotions, *Annual review of anthropology*, v. 15, pp. 405-436, 1986.
- MARQUES, Eduardo; BICHIR, Renata. Redes de apoio social no Rio de Janeiro e em São Paulo. **Novos Estudos**, n. 90, pp.65-83, 2011.
- NEGRÃO, A. G. et al. A produção da cidade: combinações e conflitos no setor sudeste de João Pessoa/PB. In: 7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável: Contrastes, Contradições e Complexidades, Maceió- BR, 05 a 07 de outubro de 2016. **Anais do 7º Pluris**, pp. 1-12, 2016.
- PITA, Ana Luiza Lima Rodrigues. **Segregação urbana e organização socioespacial: um estudo da comunidade do Timbó, em João Pessoa – PB**. Dissertação de Mestrado, PPGAU/UFPB, 2012.
- PRADO, Roseane M. Cidade Pequena: paraíso e inferno da personalidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, n. 4, pp. 31-56, 1998.
- ROSALDO, Michele Zimbalist. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. Em direção a uma antropologia do self e do sentimento. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 54, pp. 31- 49, dezembro de 2019.
- SIMMEL, Georg. Gratidão: Um experimento sociológico. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia das Emoções**, v. 9, n. 26, pp. 785-804, 2010.
- SOARES, Cristiane Leal Rodrigues. **A violência da segregação**. Uma etnografia da comunidade do Timbó localizada no bairro de Bancários em João Pessoa/PB. Dissertação de Mestrado, PPGS/UFPB, 2009.
- WILLEMS, Emílio. Contribuição para a sociologia da vizinhança. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 52, pp. 159-170, 2019.